

Região realizou 3.302 exames de paternidade na Justiça desde 2015

No Grande ABC, coleta de DNA é feita pelo Imesc na Faculdade de Medicina do ABC; testes garantem direitos básicos para as famílias

JOYCE CUNHA

joycecunha@dgaabc.com.br

Em busca do reconhecimento de paternidade, famílias recorrem à Justiça para a realização de testes gratuitos de DNA. No Grande ABC, desde 2015, ano de implantação de serviço do Imesc (Instituto de Medicina Social e Criminal de São Paulo) na FMABC (Faculdade de Medicina do ABC), 3.202 exames foram coletados. Os resultados garantem, mais do que um sobrenome, direitos aos filhos.

Entre 2020 e 2021, o volume de perícias efetuadas pelo Imesc, órgão ligado à Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado, caiu pela metade na região. Em 2019, foram 568 testes realizados. No ano seguinte, o primeiro da pandemia do coronavírus, foram 261 coletas de DNA, queda de 54%.

“E o número de crianças sem registro do pai no pós-pandemia aumentou, motivo pelo qual estamos promovendo o projeto Encontre o Seu Pai Aqui”, explicou o secretário da Pasta e superintendente do Imesc, Fernando José da Costa.

A coleta de DNA para a in-



DIREITOS. Com apoio de advogada, Ingrid (dir.) entrou na Justiça para a realização de teste de DNA e reconhecimento da paternidade do filho

vestigação de paternidade voltou a crescer. Em 2021, foram 287. Neste ano, somente entre janeiro e setembro, já foram 295 testes.

Ingrid Suellen Barbosa, 27 anos, moradora do Jardim Zafra, em Mauá, engravidou de seu terceiro filho em 2020 e precisou de suporte judicial

para a investigação e reconhecimento da paternidade. “Foi muito difícil. Quando ele (o pai) descobriu que eu estava grávida, logo de início falou que não queria saber, que ele não era o pai. Então ele sumiu”, recordou.

Sua advogada, Cristiane Fernandes, especialista nas

áreas de família e sucessões, entrou com ação na Justiça para a realização, pelo Imesc, do teste de DNA. A coleta foi feita no aniversário de um ano do menino. “A partir do momento que demos entrada na investigação da paternidade para o filho da Ingrid, chegou ao conhecimento do pai a cita-

ção e ele foi obrigado a fazer o exame. Junto com o pedido de reconhecimento da paternidade, pedimos liminar de urgência para garantir, de forma provisória, os alimentos à criança”, explicou a advogada, que também atende casos desta natureza pela Defensoria Pública de Mauá. No ór-

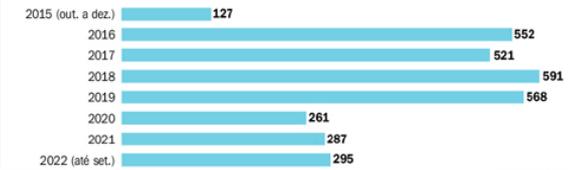
gão, o serviço dos advogados é oferecido gratuitamente às famílias de baixa renda.

No início deste ano, como desdobramento do processo para a investigação de paternidade, o bebê de Ingrid teve incluído o sobrenome de seu pai e a pensão alimentícia. Foi preciso recorrer à Justiça para que a criança conquistasse os direitos mínimos.

“Mesmo sabendo que é filho dele, ele não quer ser pai. Ainda assim, acredito que mães que vivem essa situação devem correr atrás da Justiça. Mesmo que o pai seja ausente, pelo menos a criança vai ter os direitos. A lei é uma saída”, afirmou Ingrid.

Para Cristiane, o processo de investigação e reconhecimento de paternidade evoluiu nos últimos anos. “A Justiça avançou muito. Hoje a mãe tem maior facilidade para comprovar o vínculo entre o pai e o filho. Quando a mãe inicia a investigação, na grande maioria dos casos, ela tem certeza plena sobre a paternidade de seu filho”, ressaltou a advogada, reforçando que para o reconhecimento legal da paternidade, os testes não podem ser realizados em laboratórios particulares.

TESTES DE PATERNIDADE NA REGIÃO



Mutirão de testes acontece hoje em SP

O Imesc (Instituto de Medicina Social e Criminal), órgão vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado, e o MP-SP (Ministério Público de São Paulo), realizam hoje, na Barra Funda, bairro da Capital, mais uma rodada do projeto Encontre Seu Pai Aqui. A ação, que acontecerá das 7h às 16h (Rua Barra Funda, 824), ofertará, gratuitamente, testes de DNA para o reconhecimento de paternidade.

Para participar da iniciativa, é necessário que todos os envolvidos – filho(a), mãe e

suposto pai – estejam de acordo com a realização do exame e compareçam juntos na coleta. Também deverão apresentar, na ação, documento com foto e certidão de nascimento, no caso de criança e adolescente.

“Atendemos, com esta iniciativa, pessoas que de forma espontânea comparecem para a realização do exame, sem intervenção do poder judiciário”, destacou o secretário da Justiça e Cidadania do Estado e superintendente do Imesc, Fernando José da Costa.

Além do projeto, que desde agosto deste ano conta com mutirões como o que acontece hoje na Barra Funda, moradores do Grande ABC podem recorrer, por meio da Justiça, aos testes gratuitos para a investigação de paternidade na FMABC (Faculdade de Medicina do ABC). O serviço foi implantado em 2015. “Buscamos, com este tipo de parceria, garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, que são a dignidade humana e acesso à Justiça”, ressaltou o superintendente do Instituto. **JC**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Página:** 3